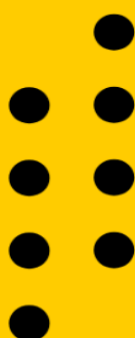


FORÇAS , ARMADAS NA AMAZÔNIA

**INFORMES
TEMÁTICOS
2023**



APRESENTAÇÃO

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2023, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação resume os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

O Informe Temático aqui apresentado, "Forças Armadas na Amazônia", foi elaborado por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2023

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Abrahão Henrique Alves de Lima

Alberto Machado Santos

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Geremias Dias dos Santos de
Carvalho

Giovani Nunes de Aguiar

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Grazielly Dourado Santos

Isabelle Costa

Manuela de Jesus Brasil

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). NOVAES, L. L; PASSOS, M. T; SILVA, N. B.; BORGES, S. A.; SANTOS, S. R. Forças armadas na Amazônia Informe Temático 2023. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2024.

FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA

Lucas Ladeia de Novaes
Mariana Terezinha Passos
Nicolý Barradas da Silva
Sara de Almeida Borges
Sarah Rodrigues dos Santos

Graduandos(as) em Relações Internacionais
EPPEN-Unifesp

Este informe tem como objetivo analisar a atuação das forças armadas na Amazônia, que no ano de 2023 envolveu ações de combate ao crime ambiental e de auxílio humanitário a comunidades indígenas. Através da análise de como os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo abordam essas questões, observa-se o papel das forças armadas como um dos atores da governança do bioma amazônico. Identificou-se um enfoque dos jornais nos acontecimentos envolvendo o território indígena dos Yanomamis, que ganhou destaque nos últimos anos pelos conflitos com o garimpo ilegal e a ativa participação do governo dentro da comunidade.

A atuação das forças armadas na crise Yanomami e no combate à crise ambiental

Durante o ano de 2023, a comunidade indígena Yanomami enfrentou uma situação humanitária gravíssima no norte do Brasil, o que levou o Ministério da Saúde a decretar estado de emergência em 20/01/2023.

Em resposta, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, ordenou investigações sobre suspeitas de genocídio e outros crimes por

parte de integrantes do recém-findado governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). As investigações ficaram sob responsabilidade das seguintes instituições: Procuradoria-Geral da União, Ministério Público Militar, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Superintendência Regional da Polícia Federal de Roraima. Documentos mencionados por Barroso indicavam o estado de insegurança dos povos indígenas e a possível omissão de autoridades federais.

Para combater o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e lidar com a emergência de saúde pública causada pela alta incidência de doenças e mortes provocadas pela desassistência aos povos indígenas, o recém-empossado presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, autorizou a Operação Liberdade. Com caráter permanente, a operação ficou sob a liderança da Polícia Federal e agregou também o Ibama, a Funai, a Força Nacional de Segurança e o Ministério da Defesa.

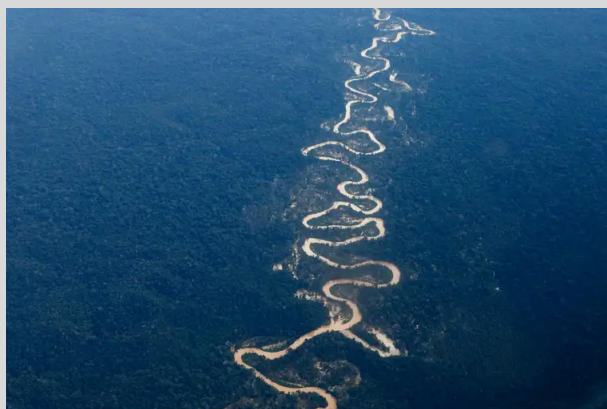


Operação de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. Foto: [Comando Militar da Amazônia](#)

O decreto presidencial de 30/01/2023 permitiu aumentar o efetivo militar na região, com funções específicas para o Exército, Marinha e Aeronáutica. O espaço aéreo sobre a área indígena foi fechado para impedir o abastecimento do garimpo ilegal. A Força Aérea Brasileira (FAB) iniciou, em 01/02/2023, a Operação Escudo Yanomami, estabelecendo uma Zona de Identificação de Defesa Aérea segmentada para monitorar e restringir o tráfego aéreo na região Yanomami.

Sobre a relação entre o garimpo e a crise de saúde da comunidade indígena, o jornal Folha de S. Paulo explicou que o governo de Jair Bolsonaro se omitiu ou teve atuação insatisfatória no combate a atividades ilegais, o que favoreceu a expansão das áreas de mineração na região norte. Essa mobilização de garimpos ilegais disseminou diversas doenças entre os indígenas, como malária, desnutrição, infecção respiratória e outras.

Sobre a atuação específica das Forças Armadas na Operação Liberdade, os militares realizaram diversas ações de apreensão de drogas e combate ao garimpo ilegal na Amazônia Ocidental. A FAB desempenhou papel crucial no apoio às comunidades ribeirinhas e indígenas, fornecendo atendimento médico e distribuindo medicamentos por meio de operações humanitárias. Essas ações incluem a instalação de hospitais de campanha equipados com laboratórios e máquinas de diagnóstico, atendendo a milhares de pessoas em áreas remotas. Em resposta à intensificação do garimpo ilegal, o governo federal emitiu um decreto ampliando as atribuições do Ministério da Defesa, permitindo que as FAs realizem patrulhas, revistas e prisões em flagrante. Este decreto foi apoiado por diversas autoridades federais e visa fortalecer a presença do Estado em áreas críticas da Amazônia, combinando esforços de várias agências para combater crimes ambientais e oferecer apoio humanitário.



Áreas de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami vistas em sobrevoo ao longo do Rio Mucajaí - Foto: [Fernando Frazão/Agência Brasil](#)

Em julho de 2023 o Exército foi criticado quando anunciou sua pretensão de instalar um hospital a menos de um quilômetro de área de preservação ambiental, embora tenha explicado que o novo hospital contribuiria com os ideais de sustentabilidade. No mesmo período, dois ex-militares da FAB foram apontados como suspeitos de integrarem uma organização criminosa

que explorava garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. Ambos usavam da expertise adquirida durante o serviço militar para gerir o garimpo ilegal, supostamente sob o comando da maior facção criminosa do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC).

De acordo com o professor José Antônio Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o governo de Jair Bolsonaro corroborou para esse cenário, de modo que “estruturou um sistema solidificado de desrespeito aos direitos humanos, que contou com grande participação de militares”. Já o jornal Correio Braziliense apontou em editorial que o principal desafio do governo de Luiz Inácio da Silva será reverter o crescimento da atividade extrativista ilegal e evitar o aumento das tensões na região.

As Forças Armadas na Amazônia sob a ótica da imprensa

A cobertura da imprensa escrita sobre a Operação Libertação e a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami foi abrangente e variada, abordando desde a organização e execução da operação até as implicações políticas e humanitárias. Os jornais exploraram detalhadamente a atuação das Forças Armadas, da Polícia Federal, do Ibama e de outros órgãos envolvidos, destacando a

complexidade da crise e a resposta do governo para combater o garimpo ilegal e atender as necessidades dos povos Yanomami.

Houve uma significativa presença de colunas opinativas e editoriais, especialmente nos jornais Folha de S. Paulo, Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo. Esses textos frequentemente criticaram a omissão do governo Bolsonaro, em particular a conivência das Forças Armadas com o garimpo ilegal, e discutiram a gravidade da situação humanitária e a responsabilidade das autoridades

envolvidas. Colunistas como Mônica Bergamo e Jorge J. Okubaro ajudaram a moldar uma narrativa crítica em relação ao governo Bolsonaro.

A cobertura foi majoritariamente aprofundada, com reportagens que forneceram análises críticas e históricas, contextualizando o aumento do garimpo em terras indígenas desde 1985. As matérias incluíram entrevistas com especialistas e analisaram as falhas estruturais na proteção desses territórios. Contudo, algumas análises indicaram que, embora a cobertura tenha sido detalhada, o impacto direto sobre os indígenas foi menos enfatizado em comparação com as implicações políticas e institucionais.

Foi identificado um viés crítico em relação ao governo de Jair Bolsonaro, especialmente em relação à sua omissão diante da crise Yanomami e à falta de ação das Forças Armadas. A imprensa enfatizou as falhas do governo anterior, mas balanceou essa crítica ao destacar os esforços do governo de Luiz Inácio Lula da Silva

para remediar a situação. Já o Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo apresentaram uma postura mais favorável às ações das Forças Armadas, destacando suas operações logísticas e humanitárias, embora houvesse também críticas e questionamentos sobre o papel dessas forças no combate ao crime ambiental.

O enfoque principal foi dado à questão humanitária e à emergência de saúde pública enfrentada pelos Yanomami, além das críticas à atuação do governo anterior. No entanto, também houve uma significativa ênfase nos aspectos operacionais e logísticos das operações militares, assim como nas implicações políticas e legais da crise. Enquanto alguns veículos, como a Folha de S. Paulo, mantiveram uma postura crítica quanto ao aumento do papel das Forças Armadas, outros, como o Correio Braziliense, enfatizaram os sucessos das operações militares, sugerindo uma narrativa mais favorável à sua atuação na região.

Militarização na Amazônia: eficácia ou manobra política?

A mobilização das Forças Armadas pode parecer coerente em situações extremas de combate ao desmatamento e outros crimes ambientais, especialmente em regiões de difícil acesso e onde a segurança

pública precisa de reforço. No entanto, quando utilizadas como um instrumento político atendendo as demandas de governos eleitos, podem significar soluções pontuais para problemas complexos e que demandam esforços integrados.

No contexto do governo de Jair Bolsonaro, os dados apontaram para a ineficácia de operações militares na Amazônia (Verde Brasil 1 e 2), resultando em aumento significativo do desmatamento. A centralização das operações no Conselho Nacional da Amazônia Legal, dirigido por militares, sem a participação de especialistas em meio ambiente, resultou em ações pouco coordenadas e caras, com resultados inferiores aos obtidos pelos próprios órgãos ambientais com menos recursos. Portanto, não é coerente mobilizar as Forças Armadas se isso ocorre em detrimento da atuação de órgãos especializados, e se a estratégia não resulta em efetivo combate ao desmatamento.

O uso das Forças Armadas para proteger populações indígenas poderia ser justificado em situações de emergência ou quando essas comunidades estão sob ameaça de violência. No entanto, se a presença militar for utilizada sem uma estratégia adequada ou em conjunto com políticas que favorecem a exploração ilegal, a mobilização pode ser contraproducente. Desta forma, uma crise humanitária pode justificar a mobilização militar, mas apenas se o objetivo for genuinamente delimitado à proteção de direitos e à segurança das comunidades indígenas, sem prejudicar suas terras e culturas.

Para saber mais

Podcast Vozes Populares - [Episódio Militares na Amazônia: desmatamento, saque e violência.](#)

Reportagem - [Como a ideologia dos militares moldou a Amazônia de hoje.](#)

Podcast Nexo Jornal - [A operação para retirar garimpeiros da terra Yanomami.](#)

Monteiro, L. C. (2023). [Os Militares na Amazônia no contexto da Nova República uma gestão militarizada de territórios e populações.](#) Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung.